Consequências práticas: entrar no mercado e ser acionista de um banco em Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A escolha da licença adequada

As reformas posteriores a 1998 criaram a estrutura de licenças com a qual os bancos estrangeiros ainda lidam. Um banco estrangeiro que deseje atender clientes de varejo precisa de uma licença bancária plena (full bank licence). Desde 1999, o novo acesso desse tipo passa pela categoria de Qualifying Full Bank. A MAS (Monetary Authority of Singapore) espera que os bancos que se tornem importantes para o mercado doméstico constituam localmente suas operações de varejo. Um banco que atende clientes corporativos, institucionais e de private banking geralmente precisará apenas de uma licença de wholesale bank (banco atacadista), porque seus clientes não precisam de agências nem de depósitos de varejo em dólares de Singapura. O Credit Suisse, por exemplo, recebeu privilégios de wholesale bank na segunda fase, em 2001.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Controles sobre a participação acionária

Os patamares de 5%, 12% e 20% estabelecidos pelas reformas ainda regem a aquisição de participações em bancos constituídos em Singapura, hoje nas seções 15A e 15B do Banking Act 1970.[1] A MAS aplicou os patamares com rigor desde o início. Em 1999, a gestora americana Brandes Investment Partners adquiriu, para seus clientes, 6,9% do DBS Bank sem aprovação prévia. A MAS recusou a aprovação retroativa e determinou à holding do banco que exigisse da gestora a redução de sua participação para menos de 5% em três meses, com a suspensão dos direitos de voto sobre as ações excedentes. A MAS anunciou que não examinaria pedidos de aprovação retroativa para ultrapassar os limites de 5%, 12% e 20%.[2] O caso continua instrutivo para fundos e family offices que detêm ações de bancos listados.

Lista de verificação para bancos e investidores estrangeiros

- Determinar se o negócio pretendido exige acesso a depósitos de varejo em dólares de Singapura e a agências, o que requer uma licença de full bank ou de Qualifying Full Bank, ou se basta uma licença de wholesale bank.
- Contar com a exigência da MAS de constituição local das operações de varejo quando um banco se tornar importante para o mercado doméstico de depósitos.
- Acompanhar as participações agregadas em bancos constituídos em Singapura e em suas holdings, considerando todos os fundos e contas de clientes, e obter aprovação antes de ultrapassar os patamares de 5%, 12% ou 20%, já que a MAS não concede aprovação retroativa.
- Levar em conta a separação entre negócios financeiros e não financeiros ao estruturar um grupo bancário, incluindo o limite de 10% para negócios não financeiros admitidos e a proibição do desenvolvimento imobiliário.
- Preparar-se para uma supervisão calibrada pelo impacto e pelo risco, na qual o conselho e a alta administração têm a responsabilidade primária pelos controles e a intensidade da supervisão depende da classificação da instituição.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

- Verificar as restrições que ainda subsistem à concessão de empréstimos em dólares de Singapura a instituições financeiras não residentes, nos termos da MAS Notice 757, antes de estruturar o financiamento em dólares de Singapura para entidades offshore.

Notas

1. Banking Act 1970, seção 15A, "Control of substantial shareholdings in banks incorporated in Singapore" (aprovação prévia do ministro para se tornar acionista relevante a partir de 18 de julho de 2001); seção 15B, "Control of shareholdings and voting power in banks incorporated in Singapore" (aprovação para se tornar 12% controller, 20% controller ou indirect controller, conforme definidos na seção 15B(3) e (5)); seção 15D, "Power to exempt and make further transitional provisions"; texto conforme reproduzido em lawplayer.com (acesso em novembro de 2026). ↩
2. MAS, "Press Statement on Brandes Investment Partners L.P.", 16 de outubro de 1999, mas.gov.sg: a BIP detinha 6,9% do DBS Bank em 6 de agosto de 1999 sem aprovação prévia, em violação da seção 17 do Banking Act; aprovação retroativa recusada; determinação com base na seção 28(3) do MAS Act para reduzir a participação a menos de 5% em três meses; direitos de voto suspensos; a MAS "will not consider applications for retrospective approvals to exceed the shareholding limits of 5%, 12% and 20%". ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.